



Balanço

Brainfarma Indústria Química e Farmacêutica S.A.

CNPJ nº 05.161.069/0001-10

Relatório da Administração: Senhores Acionistas: De acordo com as disposições legais e estatutárias, vimos submeter à aprovação dos Srs. o Balanço Patrimonial encerrado em 31 de dezembro de 2015, bem como as Demonstrações de Resultado, e de Resultados Abrengentes, das Mutações do Patrimônio Líquido e dos Fluxos de Caixa, devidamente acompanhados das notas explicativas. Agradecemos desde já a atenção dispensada e permanecemos à disposição para esclarecimentos. Atenciosamente, a Administração

Table with multiple columns: Balanços patrimoniais (2014, 2015, Reclassificado), Demonstrações de resultados (2014, 2015, Reclassificado), Demonstrações dos fluxos de caixa (2015, 2014). Rows include Ativo (Circulante, Não circulante) and Passivo e do patrimônio líquido.

Table titled 'Demonstrações das mutações do patrimônio líquido' with columns for Nota, Capital, Opções de compra de ações, Ajustes de avaliação patrimonial, Reservas de lucros, Dividendos adicionais, Lucros/Prejuízos acumulados, Total. Rows show Saldo em 1º de janeiro de 2014, Integralização de capital, etc.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

1. Informações gerais: A Brainfarma Indústria Química e Farmacêutica S.A. ("Companhia") com sede localizada no Rio de Janeiro - RJ, é uma Companhia brasileira, de capital fechado, subsidiária integral da Hypermarcas S.A., de produtos de marcas de saúde com atuação no segmento farmacêutico e detentora do registro de diversas marcas tradicionais, dentre elas Doralgina, Gastrol, Histamin, Massageol, Miorrelax, Neosoro, Neo Química Genéricos, Torsilax e Virineo. Foi aprovada em 24 de fevereiro de 2015 pela Diretoria, a alteração da sede da Companhia para a cidade de Anápolis - GO. O parque fabril está localizado em Anápolis-GO. As vendas de mercadorias da Companhia são substancialmente realizadas para a controladora Hypermarcas S.A. Operações descontinuadas: Essas operações descontinuadas referem-se à despesa com impairment de participação em investimento descontinuado na Argentina (fritadas) e despesas corporativas que foram destinadas ao negócio de cosméticos do grupo Hypermarcas. 2. Resumo das principais políticas contábeis: As principais políticas contábeis aplicadas na preparação destas demonstrações financeiras estão definidas a seguir. Essas políticas vêm sendo aplicadas de modo consistente em todos os exercícios apresentados, salvo disposição em contrário. Reclasseificação de valores correspondentes: Para melhor apresentação das Demonstrações financeiras, a Companhia reclassificou, na demonstração de resultado de 31 de dezembro de 2014, as operações descontinuadas, em virtude da alienação dos negócios de cosméticos e preservativos, e da disponibilização de venda do negócio de descartáveis. Os montantes relativos às despesas pagas de forma corporativa, a parte correspondente às operações de cosméticos, preservativos e descartáveis foram reclassificados das rubricas correspondentes para o resultado de operações descontinuadas em prejuízos de R\$ 5.994, conforme divulgado na nota explicativa 15. Foi reclassificado também o balanço patrimonial de 31 de dezembro de 2014, da rubrica de fornecedores para cessão de crédito por fornecedores os saldos a pagar referente às compras feitas de fornecedores que cederam, títulos da Companhia, sem direito de regresso, para instituições financeiras. Balanço Patrimonial

Complexidade, bem como as áreas nas quais premissas e estimativas são significativas para as demonstrações financeiras, estão divulgadas na Nota 3. As presentes demonstrações financeiras foram aprovadas pela Diretoria da Companhia em 02 de maio de 2016. a. Demonstrações financeiras: As demonstrações financeiras foram preparadas e estão sendo apresentadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil, emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPCs). b. Novas Normas e Interpretações ainda não adotadas: Não há novos pronunciamentos ou interpretações de CPC/IFRS vigindo a partir de 2015 que poderiam ter um impacto significativo nas demonstrações financeiras da Companhia. Uma série de novas normas, alterações de normas e interpretações serão efetivas para exercícios iniciados após 1º de janeiro de 2016 e não foram adotadas na preparação destas demonstrações financeiras. Aquelas que são relevantes para a Companhia estão relacionadas abaixo. A Companhia não planeja adotar estas normas de forma antecipada. IFRS 9 Financial Instruments (Instrumentos Financeiros): A IFRS 9, publicada em julho de 2014, substitui as orientações existentes na IAS 39 Financial Instruments: Recognition and Measurement (Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração). A IFRS 9 inclui orientação revista sobre a classificação e mensuração de instrumentos financeiros, um novo modelo de perda esperada de crédito para o cálculo da redução ao valor recuperável de ativos financeiros e novos requisitos sobre a contabilização de hedge. A norma mantém as orientações existentes sobre o reconhecimento e desreconhecimento de instrumentos financeiros da IAS 39. A IFRS 9 é efetiva para exercícios iniciados em ou após 1º de janeiro de 2018. A Companhia está avaliando os efeitos que a IFRS 9 vai ter nas demonstrações financeiras e nas suas divulgações. IFRS 15 Revenue from Contracts with Customers (Receita de Contratos com Clientes): A IFRS 15 exige uma entidade a reconhecer o montante da receita refletindo a contraprestação que ela espera receber em troca do controle desses bens ou serviços. A nova norma vai substituir a maior parte da orientação detalhada sobre o reconhecimento de receita que existe atualmente nas IFRS e nos princípios de contabilidade geralmente aceitos nos Estados Unidos da América ("U.S. GAAP") quando for adotada. A nova norma é aplicável a partir de ou após 1º de janeiro de 2018. A norma poderá ser adotada de forma retrospectiva, utilizando uma abordagem de efeitos cumulativos. A Companhia está avaliando seus efeitos que a IFRS 15 vai ter nas demonstrações financeiras e nas suas divulgações. Adicionalmente, não se espera que as seguintes novas normas ou modificações possam ter um impacto significativo nas demonstrações financeiras consolidadas: Accounting for Acquisitions of Interests in Joint Operations (Contabilização de Aquisições de participações em Operações em conjunto) (alteração da IFRS 11); Clarification of Acceptable Methods of Depreciation and Amortisation (Esclarecimento sobre Métodos Aceitáveis de Depreciação e Amortização) (alterações da IAS 16 e IAS 38); Defined Benefit Plans: Employee Contributions (Plano de Benefício Definido: Contribuição de empregados) (alteração da IAS 19); Disclosure Initiative (Iniciativa de Divulgação) (Alteração do CPC 26 / IAS 1); Sale or Contribution of Assets Between an Investor and its Associate or Joint Venture (Transferência ou Contribuição de Ativos entre um Investidor e sua Coligada ou Empreendimento Controlado em Conjunto) (alterações do CPC 36 / IFRS 10 e CPC 18 / IAS 28); Melhorias anuais das IFRSs de 2012-2014 - várias normas. O Comitê de Pronunciamentos Contábeis ainda não emitiu pronunciamento contábil ou alteração nos pronunciamentos vigentes correspondentes a todas as novas IFRS. Portanto, a adoção antecipada dessas IFRS não é permitida para entidades que divulgam as suas demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. 2.2 Conversão de moeda estrangeira: a. Moeda funcional e moeda de apresentação: Os itens incluídos nas demonstrações financeiras são mensurados usando a moeda do principal ambiente econômico, no qual a Companhia atua ("a moeda funcional"). As demonstrações financeiras estão apresentadas em Reais - R\$, que é a moeda funcional da Companhia. b. Transações e saldos: As operações com moedas estrangeiras são convertidas para a moeda funcional, utilizando as taxas de câmbio vigentes nas datas das transações ou da avaliação, na qual os itens são remensurados. Os ganhos e as perdas cambiais resultantes da liquidação dessas transações e da conversão pelas taxas de câmbio do final do exercício, referentes a ativos e passivos monetários em moedas estrangeiras, são reconhecidos na demonstração do resultado como receita ou despesa financeiras. 2.3 Caixa e equivalentes de caixa: Caixa e equivalentes de caixa compreendem saldos de caixa e investimentos financeiros com vencimento original de três meses ou menos a partir da data da contratação, os quais estão sujeitos a um risco insignificante de alteração no valor justo, e são utilizados pela Companhia na gestão das obrigações de curto prazo. 2.4 Instrumentos financeiros não derivativos: 2.4.1 Classificação: A Companhia classifica seus ativos financeiros sob as seguintes categorias: mensurados ao valor justo por meio do resultado e emprestimos e recebíveis. Não existem instrumentos financeiros classificados como disponível para venda. A classificação depende da finalidade para a qual os ativos financeiros foram adquiridos. A administração determina a classificação de seus ativos financeiros no reconhecimento inicial. a. Ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado: Um ativo financeiro é classificado como mensurado pelo valor justo por meio do resultado caso seja classificado como mantido para negociação ou seja designado como tal no momento do reconhecimento inicial. Os ativos financeiros são designados pelo valor justo por meio do resultado se a Companhia gerencia tais investimentos e toma decisões de compra e venda baseadas em seus valores justos de acordo com a gestão de riscos e estratégia de investimentos documentadas pela Companhia. Os custos da transação e mudanças no valor justo desses ativos, são reconhecidos no resultado conforme incorridos. b. Emprestimos e recebíveis: Emprestimos e recebíveis são ativos financeiros com pagamentos fixos ou determináveis que não são cotados no mercado ativo. Tais ativos são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, os empréstimos e recebíveis são medidos pelo custo amortizado utilizando o método dos juros efetivos, deduzidos de qualquer perda por redução ao valor recuperável. c. Outros passivos financeiros: A Companhia classifica os passivos financeiros não derivativos na categoria de outros passivos financeiros. 2.4.2 Reconhecimento e mensuração: A Companhia reconhece os empréstimos e recebíveis inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos financeiros (incluindo os ativos designados pelo valor justo por meio do resultado) são reconhecidos inicialmente na data da negociação, que é a data na qual a Companhia se torna uma das partes das disposições contratuais do instrumento. O desreconhecimento de um ativo financeiro ocorre quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando são transferidos os direitos ao recebimento dos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação na qual, substancialmente, todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos. Qualquer participação que seja criada ou retida pela Companhia em tais ativos financeiros transferidos é reconhecida como um ativo ou passivo separado. Os passivos financeiros não derivativos são reconhecidos inicialmente pelo valor justo, deduzidos de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial estes passivos financeiros são mensurados pelo custo amortizado utilizando o método da taxa efetiva de juros. Para os passivos financeiros a Companhia reconhece inicialmente os títulos de dívida emitidos e passivos subordinados na data em que são originados. Todos os outros passivos financeiros são reconhecidos inicialmente na data de negociação, que é a data na qual a Companhia se torna parte das disposições contratuais do instrumento. O desreconhecimento de um passivo financeiro ocorre quando sua obrigação contratual é retirada, cancelada ou expirada. 2.4.3 Compensação de instrumentos financeiros: Ativos e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é reportado no balanço patrimonial quando há um direito legalmente aplicável de compensar os valores reconhecidos e há uma intenção de liquidá-los num base líquida, ou realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente. 2.4.4 Impairment de ativos financeiros: A Companhia avalia, ao final de cada período do relatório, se há evidência objetiva de que o ativo financeiro ou o grupo de ativos financeiros está deteriorado. Um ativo ou grupo de ativos financeiros está deteriorado e as perdas de impairment são incorridas somente se há evidência objetiva de impairment como resultado de um ou mais eventos ocorridos após o reconhecimento inicial dos ativos (um "evento de perda") e aquele evento (ou eventos) de perda tem um impacto nos fluxos de caixa futuros estimados do ativo financeiro ou grupo de ativos financeiros que pode ser estimado de maneira confiável. Os critérios que a Companhia usa para determinar se há evidência objetiva de uma perda por impairment incluem: (i) Dificuldade financeira relevante do emissor ou devedor; (ii) Uma quebra de contrato, como inadimplência ou mora no pagamento dos juros ou principal; (iii) A Companhia, por razões econômicas ou jurídicas relativas à dificuldade financeira do tomador de empréstimo, garante ao tomador uma concessão que o credor não consideraria; (iv) Torna-se provável que o tomador declare falência ou outra reorganização financeira; (v) O desaparecimento de um mercado ativo para aquele ativo financeiro devido às dificuldades financeiras; ou (vi) Dados observáveis indicando que há uma redução mensurável nos fluxos de caixa estimados a partir de uma carteira de ativos financeiros desde o reconhecimento inicial daqueles ativos, embora a diminuição não possa ainda ser identificada com os ativos



★ continuação

mensurados pelo custo, deduzido da amortização acumulada e quaisquer perdas por redução do valor recuperável. Estes custos são amortizados durante sua vida útil estimável de cinco anos. **2.8 Imobilizado:** Terrenos e edificações compreendem, principalmente, fábricas e centros de distribuição. O imobilizado é mensurado pelo seu custo histórico de aquisição ou construção, menos depreciação acumulada e qualquer perda acumulada de redução do valor recuperável (*impairment*). O custo histórico inclui os gastos diretamente atribuíveis à aquisição dos itens e os custos de financiamento relacionados com a aquisição de ativos qualificáveis. Os custos subsequentes são incluídos no valor contábil do ativo ou reconhecidos como um ativo separado, conforme apropriado, somente quando for provável que fluam benefícios econômicos futuros associados ao item e que o custo do item possa ser mensurado com segurança. O valor contábil de itens ou peças substituídas é baixado. Todos os outros reparos e manutenções são lançados em contrapartida ao resultado, quando incorridos. Itens do ativo imobilizado são depreciados a partir da data em que estão disponíveis para uso ou, no caso de ativos construídos internamente, a partir do dia em que a construção é finalizada e o ativo está disponível para uso. Os terrenos não são depreciados. A depreciação de outros ativos é calculada usando o método linear para alocar seus custos aos seus valores residuais durante a vida útil estimada, como segue:

| | Anos |
|--------------------------|-------|
| Edificações | 30-50 |
| Máquinas e equipamentos | 26-28 |
| Veículos | 9-10 |
| Móveis e utensílios | 17-20 |
| Ferramentas e vasilhames | 5-28 |

Os valores residuais e a vida útil dos ativos são revisados e ajustados, se apropriado, ao final de cada exercício. O valor contábil de um ativo é imediatamente baixado para seu valor recuperável se o valor contábil do ativo for maior do que seu valor recuperável estimado (Nota 2.9). Os ganhos e as perdas de alienações são determinados pela comparação dos resultados com o valor contábil e são reconhecidos em "Outras despesas/receitas operacionais líquidas" na demonstração do resultado. **2.9 Impairment de ativos não financeiros:** Os ativos que têm uma vida útil indefinida, como as marcas, não estão sujeitos à amortização e são testados anualmente para a verificação de *impairment*. Os ativos que estão sujeitos à amortização são revisados para a verificação de *impairment* sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Uma perda por *impairment* é reconhecida pelo valor ao qual o valor contábil do ativo excede seu valor recuperável. Este último é o valor mais alto entre o valor justo de um ativo menos os custos de venda e o seu valor em uso. Para fins de avaliação do *impairment*, os ativos são agrupados em níveis mais baixos para os quais existam fluxos de caixa identificáveis separadamente (Unidades Geradoras de Caixa (UGC)). Os ativos não financeiros, exceto o ágio, que tenham sofrido *impairment*, são revisados subsequentemente para a análise de uma possível reversão do *impairment* na data de apresentação do relatório. Perdas por redução no valor recuperável são reconhecidas no resultado. **2.10 Contas a pagar aos fornecedores:** As contas a pagar aos fornecedores são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos de fornecedores no curso normal dos negócios, sendo classificadas no passivo circulante se o pagamento for devido no período de até um ano. Caso contrário, as contas a pagar são apresentadas no passivo não circulante. Elas são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método de taxa efetiva de juros. Na prática, são normalmente reconhecidas ao valor da fatura correspondente. **2.11 Cessão de crédito:** Alguns fornecedores têm a opção de ceder seus títulos, sem direito de regresso, para instituições financeiras. Nessa operação, o fornecedor pode ter uma redução de seus custos financeiros, pois a instituição financeira leva em consideração o risco de crédito da Brainfarma. A Companhia possui como prática contábil a segregação destas operações no balanço patrimonial na rubrica de "cessão de crédito", haja vista que o título será pago à instituição financeira e não mais ao fornecedor. **2.12 Empréstimos, financiamentos e debêntures:** São reconhecidos, inicialmente, pelo valor justo, líquido dos custos incorridos na transação e são, subsequentemente, demonstrados pelo custo amortizado. Qualquer diferença entre os valores captados (líquidos dos custos da transação) e o valor de liquidação é reconhecida na demonstração do resultado durante o período em que os empréstimos estejam em aberto, utilizando o método da taxa efetiva de juros. As taxas pagas a instituições financeiras, a título de custo de captação, são diferidas até que ocorra a efetiva operação. Quando houver probabilidade de saque de parte ou da totalidade do empréstimo, a taxa é capitalizada como um pagamento antecipado de serviços de liquidez e amortizada durante o período do empréstimo ao qual se relaciona. Os empréstimos são classificados no passivo circulante, a menos que a Companhia tenha um direito incondicional de diferir a liquidação do passivo por, pelo menos, 12 meses após a data do balanço. **2.13 Provisões e demais passivos, exceto empréstimos e financiamentos:** As provisões são reconhecidas quando a Companhia tem uma obrigação presente, legal ou não formalizada, como resultado de eventos passados e é provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação e uma estimativa confiável do valor possa ser feita. Nesse sentido, o reconhecimento, a mensuração e a divulgação das provisões e contingências passivas levam em consideração os critérios definidos no CPC 25. Os demais passivos são apresentados por valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos, das variações nas taxas de câmbio e das variações monetárias incorridas. **2.14 Imposto de renda e contribuição social corrente e diferido:** As despesas de imposto de renda e contribuição social do exercício compreendem os impostos corrente e diferido. Os impostos sobre a renda são reconhecidos na demonstração do resultado, exceto na proporção em que estiverem relacionados com itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido ou outros resultados abrangentes. O encargo de imposto de renda e contribuição social corrente é calculado com base nas leis tributárias promulgadas, ou substancialmente promulgadas, na data do balanço. A administração avalia, periodicamente, as posições assumidas pela Companhia nas declarações de impostos de renda com relação às situações em que a regulamentação fiscal aplicável dá margem a interpretações e estabelece provisões, quando apropriado, com base nos valores estimados de pagamento às autoridades fiscais. O imposto de renda e contribuição social corrente são apresentados líquidos, por entidade contribuinte, no passivo quando houver montantes a pagar, ou no ativo quando os montantes antecipadamente pagos excedem o total devido na data do relatório. O imposto de renda e a contribuição social diferidos são reconhecidos usando-se o método do passivo sobre as diferenças temporárias decorrentes de diferenças entre as bases fiscais dos ativos e passivos e seus valores contábeis nas demonstrações financeiras. Entretanto, o imposto de renda e contribuição social diferidos não são contabilizados se resultarem do reconhecimento inicial de um ativo ou passivo em uma operação que não seja uma combinação de negócios, a qual, na época da transação, não afeta o resultado contábil, nem o resultado tributável. O imposto de renda e contribuição social diferidos são determinados, usando alíquotas de imposto (e leis fiscais) promulgadas, na data do balanço, e que devem ser aplicadas quando o respectivo imposto diferido ativo for realizado ou quando o imposto diferido passivo for liquidado. O imposto de renda e a contribuição social diferidos ativos são reconhecidos somente na proporção da probabilidade de que lucro tributável futuro esteja disponível e contra o qual as diferenças temporárias possam ser usadas. O imposto de renda e a contribuição social diferidos ativos e passivos são compensados quando há um direito exequível legalmente de compensar os ativos fiscais correntes contra os passivos fiscais correntes e quando o imposto de renda diferido ativo e passivo se relacionam com o imposto de renda e contribuição social incidentes pela mesma autoridade tributável sobre a entidade liquidadora ou diferentes entidades tributáveis onde há intenção de liquidar os saldos numa base líquida. O imposto de renda e a contribuição social do exercício corrente e diferido são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10%

sobre o lucro tributável excedente de R\$ 240 no período de 12 meses, para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido, e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real. **2.15 Benefícios a empregados:**

a. Remuneração com base em ações: A Companhia opera uma série de planos de remuneração com base em opções (*Stock Option*) liquidados com ações da sua controladora Hypermarcas S.A., segundo os quais a Companhia recebe os serviços dos empregados como contraprestação por instrumentos de patrimônio líquido (opções) da Companhia. O valor justo dos serviços recebidos do empregado em troca da outorga de opções, é reconhecido como despesa. O valor total a ser debitado é determinado mediante a referência ao valor justo das opções outorgadas, deduzindo o impacto de quaisquer condições de aquisição de direitos com base no serviço e no desempenho que não são do mercado (por exemplo, rentabilidade, metas de aumento de vendas e permanência no emprego por um período de tempo específico). As condições de aquisição de direitos que não são do mercado estão incluídas nas premissas sobre a quantidade de opções cujos direitos devem ser adquiridos. O valor total da despesa é reconhecido durante o exercício no qual o direito é adquirido, período durante o qual as condições específicas de aquisição de direitos devem ser atendidas. Na data do balanço, a Companhia revisa suas estimativas da quantidade de opções cujos direitos devem ser adquiridos com base nas condições de aquisição de direitos que não são do mercado. Esta reconhece o impacto da revisão das estimativas iniciais, se houver, na demonstração do resultado, com um ajuste correspondente no patrimônio. Os valores recebidos, líquidos de quaisquer custos de transação diretamente atribuíveis, são creditados no capital social (valor nominal), ou alienação de ações em tesouraria quando as opções são exercidas. **b. Participação nos lucros:** A Companhia reconhece um passivo e uma despesa de participação nos resultados com base em critérios que também considera o lucro atribuível aos seus acionistas da Companhia após certos ajustes. A Companhia reconhece uma provisão quando está contratualmente obrigada ou quando há uma prática passada que criou uma obrigação não formalizada. **c. Benefícios de curto prazo a empregados:** Obrigações de benefícios de curto prazo a empregados são reconhecidas como despesas de pessoal conforme o serviço correspondente seja prestado. O passivo é reconhecido pelo montante que se espera que será pago se a Companhia tem uma obrigação legal ou construtiva presente de pagar esse montante em função de serviço passado prestado pelo empregado, e a obrigação possa ser estimada de maneira confiável. **2.16 Capital social:** As ações ordinárias são classificadas no patrimônio líquido. Os custos incrementais diretamente atribuíveis à emissão de novas ações ou opções são demonstrados no patrimônio líquido como uma dedução do valor captado, líquidos de impostos. **2.17 Reconhecimento da receita:** A receita compreende o valor justo da contraprestação recebida ou a receber pela comercialização de produtos e mercadorias no curso normal das atividades da Companhia. A receita é apresentada líquida dos impostos e das devoluções. A Companhia reconhece a receita quando o valor da mesma pode ser mensurado com segurança, seja provável que benefícios econômicos futuros fluirão para a entidade e quando critérios específicos tiverem sido atendidos para cada uma das atividades da Companhia. A Companhia baseia suas estimativas em resultados históricos, levando em consideração o tipo de cliente, o tipo de transação e as especificações de cada venda. **Receita com venda de produtos e mercadorias:** As vendas dos produtos e mercadorias são reconhecidas quando os riscos e benefícios inerentes aos produtos são substancialmente transferidos ao comprador, as disposições de aceitação tenham sido acordadas e o comprador tenha aceitado os produtos de acordo com o contrato de venda e não haja envolvimento contínuo com os bens vendidos. **2.18 Distribuição de dividendos e juros sobre capital próprio:** A distribuição de dividendos e juros sobre capital próprio para os acionistas da Companhia é reconhecida como um passivo nas demonstrações financeiras ao final do exercício, com base no seu estatuto social da Companhia. Qualquer valor divergente do mínimo obrigatório somente é contabilizado na data em que são aprovados pelos acionistas, em Assembleia Geral. Para fins societários e contábeis, os juros sobre o capital próprio estão demonstrados como destinação do resultado diretamente no patrimônio líquido. **3. Estimativas e julgamentos contábeis críticos:** As estimativas e os julgamentos contábeis são continuamente avaliados e baseiam-se na experiência histórica e em outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros, consideradas razoáveis para as circunstâncias. **3.1 Julgamentos contábeis críticos: Vida útil das marcas:** Dada a estratégia de negócio e os investimentos efetuados, incluindo propaganda e publicidade para fortalecimento e durabilidade das marcas, a administração avalia que uma estimativa de limite previsível para a vida útil das marcas pode não ser adequada. Assim, as marcas não são amortizadas, mas são avaliadas por *impairment*, a fim de assegurar que seus valores contábeis não ultrapassem os valores de realização. **3.2 Estimativas e premissas contábeis críticas:** Com base em premissas, a Companhia faz estimativas com relação ao futuro. Por definição, as estimativas contábeis resultantes raramente serão iguais aos respectivos resultados reais. As estimativas e premissas que apresentam um risco significativo, com probabilidade de causar um ajuste relevante nos valores contábeis de ativos e passivos para os próximos exercícios, estão contempladas abaixo. **a. Vida útil de ativos imobilizados:** A revisão da vida útil é feita anualmente. Não houve alterações relevantes nas depreciações registradas, bem como não foi identificado necessidade de alteração na vida útil utilizada (Nota 16). **b. Programa de opção de ações (Stock Options):** As estimativas das opções de ações são baseadas em modelos consolidados no mercado e tais modelos vêm sendo aplicados ao longo dos períodos apresentados. **4. Gestão do risco financeiro:**

a. Fatores de risco financeiro: As atividades da Companhia a expõe a diversos riscos financeiros: risco de mercado, incluindo risco de moeda de valor justo, risco de taxa de juros, de fluxo de caixa e risco de preço, risco de crédito e risco de liquidez. A Companhia possui e segue política de gerenciamento de risco, que orienta em relação a transações e requer a diversificação de transações e contrapartidas. Nos termos dessa política, a natureza e a posição geral dos riscos financeiros é regularmente monitorada e gerenciada a fim de avaliar os resultados e o impacto financeiro no fluxo de caixa. Também são revisados, periodicamente os limites de crédito e a qualidade do *hedge* das contrapartes. A política de gerenciamento de risco da Companhia foi estabelecida pela Diretoria. Nos termos dessa política, os riscos de mercado são protegidos quando é considerado necessário suportar a estratégia corporativa ou quando é necessário manter o nível de flexibilidade financeira. A Diretoria Financeira examina e revisa informações relacionadas com o gerenciamento de risco, incluindo políticas significativas, procedimentos e práticas aplicadas no gerenciamento de risco. Nas condições da política de gerenciamento de riscos, a Companhia administra alguns dos riscos por meio da utilização de instrumentos derivativos, que podem negociações especulativas e venda a descoberto. **b. Risco cambial:** O risco associado decorre da possibilidade de a Companhia vir a incorrer em perdas devido a flutuações nas taxas de câmbio, que aumentam valores captados no mercado. Em 31 de dezembro de 2015 e de 2014, os ativos e passivos denominados em moeda estrangeira e os instrumentos financeiros que miligram riscos cambiais são como seguem:

| | 2015 | | 2014 | |
|---|----------|-----------|----------|----------|
| | US\$ mil | R\$ mil | US\$ mil | R\$ mil |
| Passivo | | | | |
| Fornecedores | 2.321 | 9.193 | 2.046 | 5.435 |
| Cessão de crédito por fornecedores | 40.678 | 161.105 | 31.724 | 84.283 |
| Instrumentos derivativos que mitigam riscos | (30.959) | (122.613) | (27.759) | (73.750) |
| Exposição líquida | 12.040 | 47.685 | 6.011 | 15.968 |

c. Risco do fluxo de caixa ou valor justo associado com taxa de juros: O risco de taxa de juros da Companhia decorre de aplicações financeiras e empréstimos e financiamentos de curto e longo prazo. Os empréstimos emitidos a taxas variáveis expõem a Companhia ao risco de taxa de juros. Já os empréstimos emitidos às taxas fixas expõem a Companhia ao risco de valor justo

associado à taxa de juros. A Companhia analisa sua exposição a taxas de juros de forma dinâmica e busca diversificação de indicadores em seu passivo financeiro. São simulados diversos cenários levando em consideração refinanciamento, renovação de posições existentes, financiamento e *hedge* alternativos. No quadro a seguir está apresentada a exposição a risco de taxa de juros das operações vinculadas à variação do CDI, TR e TJLP:

| | 2015 | 2014 |
|----------------------------------|-----------|-----------|
| Financiamentos (TJLP) | 2.703 | 10.119 |
| Financiamentos (TR) | 58.885 | 61.964 |
| Debêntures CDI | 355.468 | - |
| Aplicações Financeiras (Nota 10) | (193.472) | (102.910) |
| Exposição Líquida | 223.584 | (30.827) |

d. Risco de crédito: O risco de crédito decorre de caixa e equivalentes de caixa, instrumentos financeiros derivativos, depósitos em bancos e instituições financeiras, bem como de exposições de crédito a clientes do atacado e do varejo, incluindo contas a receber em aberto e operações compromissadas. Para bancos e instituições financeiras, a Companhia tem como política a diversificação das suas aplicações financeiras em instituições de primeira linha com classificação de *rating* descritas na Nota 9 (Qualidade do crédito dos ativos financeiros). **e. Risco de liquidez:** A Companhia acredita que os fluxos de caixa das atividades operacionais, caixa e equivalentes de caixa e linhas de crédito disponíveis são suficientes para financiar os compromissos financeiros e pagamentos de dividendos no futuro. A tabela abaixo analisa os passivos financeiros da Companhia, por faixas de vencimento, correspondentes ao período remanescente no balanço patrimonial até a data contratual do vencimento. Os passivos financeiros derivativos estão incluídos na análise se seus vencimentos contratuais forem essenciais para um entendimento dos fluxos de caixa. Os

| | Contrapartes | | Valor justo a receber (a pagar) | | Ganhos/perdas realizadas | |
|------------------|--------------|--------|---------------------------------|--------|--------------------------|---------|
| | dez/15 | dez/14 | dez/15 | dez/14 | dez/15 | dez/14 |
| Posição comprada | 122.613 | 73.750 | (81) | 6.459 | 38.159 | (1.132) |
| Total | 122.613 | 73.750 | (81) | 6.459 | 38.159 | (1.132) |

Os contratos acima relacionados têm datas de vencimento em:

| | Valor futuro | |
|--------|--------------|------|
| | dez/15 | Taxa |
| jan-16 | 12.655 | 3,80 |
| fev-16 | 11.756 | 3,97 |
| mar-16 | 15.781 | 4,03 |
| abr-16 | 20.001 | 3,87 |
| mai-16 | 7.810 | 4,27 |
| jun-16 | 18.276 | 3,92 |
| jul-16 | 25.783 | 4,12 |
| ago-16 | 12.087 | 4,25 |
| Total | 124.149 | 4,02 |

g. Metodologia de cálculo do valor justo dos derivativos: Contratos a termo de moeda estrangeira são avaliados utilizando

| | Cenário I | | Cenário II | | Cenário III | |
|--|------------------|-------------|------------------|-------------|------------------|-------------|
| | 25% de oscilação | | 50% de oscilação | | 50% de oscilação | |
| | Apreciação | Depreciação | Apreciação | Depreciação | Apreciação | Depreciação |
| Cotação do dólar | 3,675 | 4,246 | 2,970 | 4,951 | 1,980 | 5,941 |
| Moeda Estrangeira | | | | | | |
| Hedge Econômico | (8.745) | 8.745 | (30.279) | 30.279 | (60.559) | 60.559 |
| Contratos a termo | (8.745) | 8.745 | (30.279) | 30.279 | (60.559) | 60.559 |
| Objeto do hedge econômico | 8.853 | (8.853) | 30.653 | (30.653) | 61.307 | (61.307) |
| Fornecedores e Cessão de Fornecedores em Moeda Estrangeira | 8.853 | (8.853) | 30.653 | (30.653) | 61.307 | (61.307) |
| Efeito líquido | 108 | (108) | 374 | (374) | 748 | (748) |

A análise de sensibilidade apresentada acima considera mudanças com relação à cotação do dólar estadunidense, mantendo constante todos os demais variáveis. Abaixo estão demonstrados os valores resultantes das variações monetárias e juros pós-fixados sobre nossos financiamentos e aplicações financeiras projetadas para o primeiro trimestre de 2016.

| | Cenário de Variação | | |
|-------------------------------|---------------------|----------|---------|
| | possível | provável | remoto |
| Financiamentos TJLP | 13 | 16 | 19 |
| Debêntures CDI | 1.806 | 2.258 | 2.709 |
| Financiamentos TR | 186 | 232 | 279 |
| Aplicações financeiras | (983) | (1.229) | (1.475) |
| Total do efeito perda (ganho) | 1.022 | 1.277 | 1.532 |

Premissas cenário provável: TJLP Prevista 7,5% a.a.; CDI previsto 14,72% a.a.; TR Prevista 1,75% a.a. **5. Gestão de capital:** Os objetivos da Companhia ao administrar seu capital são os de salvaguardar a capacidade de continuidade oferecendo retorno aos acionistas e benefícios às outras partes interessadas, além de manter uma estrutura de capital ideal para reduzir esse custo. Para manter ou ajustar a estrutura do capital, a Companhia pode rever a política de pagamento de dividendos, devolver capital aos acionistas ou ainda, emitir novas ações ou vender ativos para reduzir, por exemplo, o nível de endividamento. A Companhia monitora o capital com base no índice de alavancagem financeira. Esse índice corresponde à dívida líquida dividida pelo capital total. A dívida líquida, por sua vez, corresponde ao total de empréstimos (conforme demonstrado no balanço patrimonial), subtraído do montante de caixa e equivalentes de caixa. O capital total é apurado através da soma do patrimônio líquido, conforme demonstrado no balanço patrimonial, com a dívida líquida. Os índices de alavancagem financeira em 31 de dezembro de 2015 e de 2014 podem ser assim sumarizados:

| | 2015 | 2014 |
|--|-----------|-----------|
| Total dos empréstimos, financiamentos e debêntures (Nota 20) | 483.596 | 146.702 |
| Menos: caixa e equivalentes de caixa (Nota 10) | (193.975) | (103.030) |
| Dívida líquida | 289.621 | 43.672 |
| Total do patrimônio líquido | 516.525 | 528.257 |
| Total do capital | 806.146 | 571.929 |
| Índice de alavancagem financeira - % (*) | 36% | 8% |

6. Estimativa do valor justo: Pressupõe-se que os saldos das contas a receber de clientes e contas a pagar aos fornecedores pelo valor contábil, menos a perda (*impairment*), estejam próxima de seus valores justos. O valor justo dos passivos financeiros, para fins de divulgação é estimado mediante o desconto dos fluxos de caixa contratuais futuros pela taxa de juros vigente no mercado, que está disponível para a companhia para instrumentos financeiros similares (Nota 20 (b)). A Companhia aplica o CPC 40 para instrumentos financeiros mensurados no balanço patrimonial pelo valor justo, o que requer divulgação das mensurações do valor justo pelo nível da seguinte hierarquia de mensuração pelo valor justo: • Preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos (nível 1); • Informações, além dos preços cotados, incluídas no nível 1 que são adotadas pelo mercado para o ativo ou passivo, seja diretamente (ou seja, como preços) ou indiretamente (ou seja, derivados dos preços) (nível 2); • Inserções para os ativos ou passivos que não são baseadas nos dados adotados pelo mercado (ou seja, inserções não observáveis) (nível 3). A tabela abaixo apresenta os ativos e passivos da Companhia mensurados pelo valor justo em 31 de dezembro de 2015.

| Ativos | Nível 1 | | Nível 2 | | Nível 3 | | Saldo Total |
|---|----------------|----------------|----------------|--------------------|---------|--------|-------------|
| | dez/15 | dez/14 | dez/15 | dez/14 | dez/15 | dez/14 | |
| Aplicações financeiras (Nota 10) | - | 193.472 | - | - | - | - | 193.472 |
| Instrumentos financeiros derivativos | - | 3.134 | - | - | - | - | 3.134 |
| Total do ativo | - | 196.606 | - | - | - | - | 196.606 |
| Passivos | Nível 1 | Nível 2 | Nível 3 | Saldo Total | | | |
| Empréstimos, financiamentos e debêntures ao valor justo (Nota 20 (b)) | - | 454.354 | - | 454.354 | | | |
| Instrumentos financeiros derivativos | - | 3.215 | - | 3.215 | | | |
| Total do passivo | - | 457.569 | - | 457.569 | | | |

A tabela abaixo apresenta os ativos e passivos da Companhia

valores divulgados na tabela são os fluxos de caixa não descontados contratados.

| | Entre um e dois anos | | Entre dois e cinco anos | | Acima de cinco anos | | Total geral |
|--------------------------------------|----------------------|---------|-------------------------|--------|---------------------|------|-------------|
| | Menos de um ano | anos | anos | anos | anos | anos | |
| Debêntures | 54.361 | 175.890 | 294.429 | - | - | - | 524.680 |
| Empréstimos e financiamentos | 26.422 | 23.076 | 63.760 | 81.116 | - | - | 194.374 |
| Fornecedores | 58.159 | - | - | - | - | - | 58.159 |
| Cessão de crédito por fornecedores | 212.262 | - | - | - | - | - | 212.262 |
| Contas a pagar | 14.869 | 573 | - | - | - | - | 15.442 |
| Instrumentos financeiros derivativos | (34) | - | - | - | - | (34) | |
| Exposição Líquida | 366.039 | 199.539 | 358.189 | 81.116 | - | - | 1.004.883 |

f. Derivativos: No ano de 2015 foram realizadas operações envolvendo instrumentos financeiros derivativos, de termo de moeda (Dólar x Real). As referidas operações em aberto foram realizadas para proteger as oscilações de passivos denominados em moeda estrangeira relativo à rubrica de fornecedores estrangeiros. Elas não são utilizadas para fins especulativos e são caracterizadas por serem instrumentos financeiros de alta correlação com os passivos a que estão vinculadas (vide análise de sensibilidade a seguir). Em 31 de dezembro de 2015, as operações de instrumentos financeiros derivativos contratadas pela Companhia totalizaram R\$ 122.613 (Em 31 de dezembro de 2014 as operações de instrumentos financeiros derivativos contratadas pela Companhia totalizaram R\$ 73.750). Os resultados das operações ainda não liquidadas em 31 de dezembro de 2015, representaram perdas no valor de R\$ 81 (Em 31 de dezembro de 2014 R\$ 6.459).

| | Valor de referência (nacional) | | Valor justo a receber (a pagar) | | Ganhos/perdas realizadas | |
|------------------|--------------------------------|--------|---------------------------------|--------|--------------------------|---------|
| | dez/15 | dez/14 | dez/15 | dez/14 | dez/15 | dez/14 |
| Posição comprada | 122.613 | 73.750 | (81) | 6.459 | 38.159 | (1.132) |
| Total | 122.613 | 73.750 | (81) | 6.459 | 38.159 | (1.132) |

interpolação das taxas de mercado de contratos futuros de dólar estadunidense para cada data-base, conforme informado pelo BM&FBOVESPA. **h. Análise de sensibilidade:** Apresentamos a seguir o quadro demonstrativo de análise de sensibilidade dos instrumentos financeiros, incluindo os derivativos, que descreve os riscos que podem gerar prejuízos materiais para a Companhia, com cenário mais provável (cenário I, de cerca de 7,22% de oscilação para o dólar estadunidense que corresponde a 3 desvios-padrão da oscilação dos três meses do quarto trimestre do ano) segundo avaliação efetuada pela administração, considerando um horizonte de três meses. Adicionalmente, dois outros cenários são demonstrados, a fim de representar 25% e 50% de deterioração na taxa de câmbio do Real contra o dólar estadunidense, respectivamente (cenários II e III).

| | Cenário I | | Cenário II | | Cenário III | |
|--|------------------|-------------|------------------|-------------|------------------|-------------|
| | 25% de oscilação | | 50% de oscilação | | 50% de oscilação | |
| | Apreciação | Depreciação | Apreciação | Depreciação | Apreciação | Depreciação |
| Cotação do dólar | 3,675 | 4,246 | 2,970 | 4,951 | 1,980 | 5,941 |
| Moeda Estrangeira | | | | | | |
| Hedge Econômico | (8.745) | 8.745 | (30.279) | 30.279 | (60.559) | 60.559 |
| Contratos a termo | (8.745) | 8.745 | (30.279) | 30.279 | (60.559) | 60.559 |
| Objeto do hedge econômico | 8.853 | (8.853) | 30.653 | (30.653) | 61.307 | (61.307) |
| Fornecedores e Cessão de Fornecedores em Moeda Estrangeira | 8.853 | (8.853) | 30.653 | (30.653) | 61.307 | (61.307) |
| Efeito líquido | 108 | (108) | 374 | (374) | 748 | (748) |

mensurados pelo valor justo em 31 de dezembro de 2014.

| Ativos | Nível 1 | | | | Nível 2 | | | | Nível 3 | | | | Saldo Total |
|----------------------------------|---------|--------|--------|--------|---------|--------|--------|--------|---------|--------|--------|--------|-------------|
| | dez/15 | dez/14 | dez/15 | dez/14 | dez/15 | dez/14 | dez/15 | dez/14 | dez/15 | dez/14 | dez/15 | dez/14 | |
| Aplicações financeiras (Nota 10) | - | - | 10 | | | | | | | | | | |

* continuação

| | | Notas explicativas às demonstrações financeiras | | | | | | 31/12/2015 | | |
|---|-----------|---|---|--------------------------|----------|--|----------|---|---|---------|
| | | 2015 | 2014 | d. Despesas financeiras: | | 2015 | 2014 | | | |
| Vendas brutas de produtos e serviços | 922.367 | 749.175 | Fretes e seguros sobre vendas | (568) | (509) | | | Incêndio, IDT, raio e explosão de qualquer natureza | 426.008 | |
| Devoluções | (3.531) | (5.423) | Provisões para créditos de liquidação duvidosa e perdas | (2.658) | (2) | Juros sobre financiamentos | (7.158) | (9.800) | Alteração de valores em risco | 100.000 |
| Impostos | (104.217) | (84.140) | Despesas com depreciações e amortizações | (8.295) | (13.947) | Despesas bancárias, descontos concedidos e outros | (188) | (53) | Outras Coberturas | 73.100 |
| Receita líquida | 814.619 | 659.612 | Despesas administrativas e gerais | (23.815) | (23.789) | Atualizações monetárias de contingências | (214) | (85) | | |
| 27. Composição das contas de resultado: a. Despesas operacionais e custos dos produtos vendidos: | | | | | | Refis | (1) | (215) | 29. Transações com partes relacionadas: a. Transações e saldos: Os principais saldos de ativos e passivos assim como as transações entre partes relacionadas, que influenciaram o resultado do exercício, decorrem de transações com a Companhia e demais empresas do grupo Hypermarcas, as quais a Administração considera que foram realizadas em condições e prazo usuais de mercado para os respectivos tipos de operações. Os mútuos com as partes relacionadas são corrigidos pela variação do CDI mais spread e o prazo de vencimento é de um ano. Nas relações comerciais com partes relacionadas os preços são estabelecidos considerando as características e naturezas das referidas transações. As transações comerciais de compra e venda de produtos, matérias-primas, contratação de serviços, assim como as transações financeiras de empréstimos e captação de recursos entre as companhias do grupo estão demonstradas abaixo: | |
| Custo dos produtos vendidos | (658.045) | (511.559) | Demais despesas | (23.159) | (23.270) | Debêntures | (181) | - | | |
| Matéria prima | (283.276) | (185.156) | Despesas com depreciações e amortizações | (656) | (519) | Juros e comissão sobre carta de fiança | (323) | (155) | | |
| Material de embalagem | (158.095) | (137.580) | b. Outras (despesas) receitas operacionais líquidas: | | | Juros s/empréstimos | - | (145) | | |
| Custo de transformação | (160.157) | (146.587) | Receitas tributárias e outras | 616 | 4.889 | Custo de Hedge e variações cambiais líquidas, de fornecedores e clientes | (12.732) | (6.692) | | |
| Despesas com depreciações e amortizações | (13.606) | (12.606) | Gastos com reestruturação operacional | (6.366) | (12.978) | Outros | (18) | (79) | | |
| Revenda | (5.158) | (4.111) | Perdas/Ganhos eventuais e outros | (14.312) | (14.383) | Reversões de ajuste a valor presente | - | (416) | | |
| Ganhos nos estoques | 552 | 12.977 | c. Receitas financeiras: | | | | | | | |
| Variações dos estoques/outros | (38.305) | (38.496) | Juros ativos | 16.574 | 9.277 | | | | | |
| Despesas com vendas e marketing | (65.476) | (50.484) | Rendimentos de aplicações financeiras | - | 822 | | | | | |
| Visitação médica, promoções, brindes e amostras | (227) | (176) | Outras receitas | - | - | | | | | |
| Força de vendas e gastos comerciais | (53.728) | (35.851) | | 18.371 | 10.889 | | | | | |

Nos ativos e passivos

| | Cosmed Indústria de Cosméticos e Medicamentos S.A. | | | | | | | Total |
|--------------------------|--|------------------|-------------------------------|-------------------------|--|------------------------------------|--|--------------|
| | Neolatina Comércio e Indústria Farmacêutica Ltda. | Hypermarcas S.A. | My - Agência Propaganda Ltda. | Embalagens Allbox Ltda. | Macro Etiquetas e Rótulos Adesivos Ltda. | Gráfica e Editora Faberprint Ltda. | Indústria Farmacêutica Melcon do Brasil S.A. | |
| Clientes | - | 231.274 | - | - | - | - | - | 231.274 |
| Outros valores a receber | 917 | 19.931 | 21 | 781 | - | - | - | 21.650 |
| Mútuos | 319 | 2 | - | 1 | - | - | - | 322 |
| Fornecedores | - | (25) | - | - | (5.441) | (336) | (3.141) | (33) (8.976) |

| | Cosmed Indústria de Cosméticos e Medicamentos S.A. | | | | | | | Total |
|------------------------------|--|------------------|-------------------------------|-------------------------|--|------------------------------------|--|----------------|
| | Neolatina Comércio e Indústria Farmacêutica Ltda. | Hypermarcas S.A. | My - Agência Propaganda Ltda. | Embalagens Allbox Ltda. | Macro Etiquetas e Rótulos Adesivos Ltda. | Gráfica e Editora Faberprint Ltda. | Indústria Farmacêutica Melcon do Brasil S.A. | |
| Clientes | 1.423 | 77.225 | - | - | - | - | - | 78.648 |
| Outros valores a receber | 969 | 38.047 | 11 | 10.439 | - | - | - | 49.466 |
| Mútuos | 1.039 | - | - | - | - | - | - | 1.039 |
| Fornecedores | - | (1.855) | - | (144) | (4.800) | (617) | (2.989) | (850) (11.255) |
| Dividendos propostos a pagar | - | (20.205) | - | - | - | - | - | (20.205) |
| Mútuos | - | (61) | - | - | - | - | - | (61) |

No resultado do exercício

| | Cosmed Indústria de Cosméticos e Medicamentos S.A. | | | | | | | Total |
|-----------------------------------|--|------------------------|---|-------------------------|--|------------------------------------|--|----------|
| | Hypermarcas S.A. | TV Serra Dourada Ltda. | ICF Instituto de Ciências Farmacêuticas Ltda. | Embalagens Allbox Ltda. | Macro Etiquetas e Rótulos Adesivos Ltda. | Gráfica e Editora Faberprint Ltda. | Indústria Farmacêutica Melcon do Brasil S.A. | |
| Transações | 911.297 | (402) | - | (26.985) | (3.067) | (12.401) | (3.000) | 865.442 |
| Vendas de mercadorias/produto (*) | 921.798 | - | - | - | - | - | - | 921.798 |
| Compras de mercadorias/produtos | (10.501) | (402) | - | (26.985) | (3.067) | (12.401) | (3.000) | (56.356) |
| Despesas/receitas diversas | - | - | (540) | (1.147) | - | - | - | (1.687) |
| Aluguéis | - | - | (540) | - | - | - | - | (540) |
| Serviços prestados | - | - | - | (1.147) | - | - | - | (1.147) |
| Juros s/mútuos | 1 | - | - | - | - | - | - | 1 |
| Receitas financeiras | 1 | - | - | - | - | - | - | 1 |

(*) Refere-se às vendas brutas. A receita de mercadorias/produtos líquida das deduções de venda em 2015 é de R\$ 814.619 (31 de dezembro de 2014 - R\$ 659.612). **b. Remuneração do pessoal-chave da administração:** O pessoal-chave da administração inclui os conselheiros e diretores e membros dos comitês executivos. A remuneração paga ou a pagar ao pessoal-chave da

Breno Toledo Pires de Oliveira
Diretor

Aos Administradores e Acionistas da **Brainfarma Indústria Química e Farmacêutica S.A.**, Anápolis - GO. Examinamos as demonstrações financeiras da Brainfarma Indústria Química Farmacêutica S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2015 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas. **Responsabilidade da Administração sobre as demonstrações financeiras:** A Administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, assim como pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção

Armando Luis Ferreira
Diretor Tributário

relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. **Responsabilidade dos auditores independentes:** Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações financeiras com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras estão livres de distorção relevante. Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações financeiras. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação

30. Eventos subsequentes: A Companhia adquiriu em 29 de janeiro de 2016 por R\$ 60.000 (sessenta milhões de reais) a totalidade das ações representativas do capital social da Neolatina Comércio e Indústria Farmacêutica S.A. A transação inclui uma fábrica e um terreno localizados em Anápolis (GO). Em 31 de março de 2016 os valores a pagar relacionado às debêntures

de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. **Outros assuntos: Ênfase:** Chamamos a atenção para a Nota explicativa nº 30 às demonstrações financeiras, pois a Companhia mantém saldos e operações comerciais em montantes significativos com partes relacionadas, principalmente com sua Controladora. Desta forma, as demonstrações financeiras devem ser lidas neste contexto. Nossa opinião não está ressalvada em relação a este assunto.

Goiana, 3 de maio de 2016

Wagner Bottino
Contador - CRC 1SP196907/O-7

Eurico José Ferreira
Contador - CRC1GO.6.692 "S" SP

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras

de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras da Companhia para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da Companhia. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações financeiras tomadas em conjunto. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Opinião:** Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Brainfarma Indústria Química e Farmacêutica S.A. em 31 de dezembro de 2015, o desempenho

70.173

Editais de Comunicação

A BP BIOENERGIA TROPICAL S.A., inscrita no CNPJ nº 08.195.806/0001-94, torna público que recebeu da Secretaria do Meio Ambiente, Recursos Hídricos, Infraestrutura, Cidades e Assuntos Metropolitanos do Estado de Goiás, a Licença de Funcionamento nº 764/2016, para a Ampliação dos Equipamentos de Produção de Açúcar, localizado na rodovia GO-410, km 51, Fazenda Canadá, Zona Rural, Edéia-GO. O empreendimento se enquadra na Resolução CONAMA 001/86.

70.188

RESIDENCIAL RECANTO DAS EMAS 01 EMPREENDIMENTOS SPE LTDA, CNPJ nº 24.414.094/0001-03, torna público que REQUEREU da Secretaria do Desenvolvimento Econômico Sustentável Diretoria de Gestão, Controle e Qualidade Ambiental - SMDES de Rio Verde, a Licença Previa do Loteamento Residencial Recanto das Emas, com área total de 995.954,77m², localizado na Zona Urbana do Município de Rio Verde - GO. O empreendimento não se enquadra na Resolução CONAMA 001/86, que dispõe sobre o impacto ambiental.

70.185

RESIDENCIAL RECANTO DAS EMAS 01 EMPREENDIMENTOS SPE LTDA, CNPJ nº 24.414.094/0001-03, torna público que REQUEREU da Secretaria do Desenvolvimento Econômico Sustentável Diretoria de Gestão, Controle e Qualidade Ambiental - SMDES de Rio Verde, a Licença de Instalação do Loteamento Residencial Recanto das Emas, com área total de 995.954,77m², localizado na Zona Urbana do Município de Rio Verde - GO. O empreendimento não se enquadra na Resolução CONAMA 001/86, que dispõe sobre o impacto ambiental.

70.185

RESIDENCIAL SANTA CLARA EMPREENDIMENTOS IMOBILIÁRIOS SPE LTDA, CNPJ nº 24.258.848/0001-83, torna público que REQUEREU da Secretaria do Desenvolvimento Econômico Sustentável Diretoria de Gestão, Controle e Qualidade Ambiental - SMDES de Rio Verde, a Licença Previa do Loteamento Residencial Santa Clara, com área total de 605.006,71m², localizado na Zona Urbana do Município de Rio Verde - GO. O empreendimento não se enquadra na Resolução CONAMA 001/86, que dispõe sobre o impacto ambiental.

70.185

RESIDENCIAL SANTA CLARA EMPREENDIMENTOS IMOBILIÁRIOS SPE LTDA, CNPJ nº 24.258.848/0001-83, torna público que REQUEREU da Secretaria do Desenvolvimento Econômico Sustentável Diretoria de Gestão, Controle e Qualidade Ambiental - SMDES de Rio Verde, a Licença de Instalação do Loteamento Residencial Santa Clara, com área total de 605.006,71m², localizado na Zona Urbana do Município de Rio Verde - GO. O empreendimento não se enquadra na Resolução CONAMA 001/86, que dispõe sobre o impacto ambiental.

70.185

ELVÉCIO ASSUNÇÃO BORGES, CPF nº 215.981.851-87, processo: 18/2015, torna público que RECEBEU da Secretaria do Meio Ambiente, Recursos Hídricos, Infraestrutura, Cidades e Assuntos Metropolitanos de Goiás - SECIMA, a LICENÇA DE EXPLORAÇÃO FLORESTAL- Desmatamento, para uma área de 21,6051ha de tipologia C.A.B, na FAZENDA BOA ESPERANÇA, Zona Rural, Município de Goiás- GO. Não foi determinado estudo de impacto ambiental.

70.185

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA ISABEL, CNPJ nº 00.027.722/0001-30, torna público que recebeu da Secretaria de Meio Ambiente, Recursos Hídricos, Infraestrutura, Cidades e Assuntos Metropolitanos do Estado de Goiás - SECIMA, a Licença de Instalação nº 648/2016 do Processo nº 1691/2014 para instalação de Loteamento Urbano, situado no Loteamento Lafaiete Joaquim de Carvalho, S/N, zona urbana, Município de Santa Isabel- GO. O empreendimento não se enquadra na Resolução CONAMA 001/86.

70.185

MARIA APARECIDA FERREIRA SILVA, inscrito no CPF: 546.445.001-78, torna público que recebeu da SECIMA, a Licença de Supressão de Vegetação Nativa para Uso Alternativo do Solo nº 752/2016 (validade 28/04/2018), processo nº 9048/2015, para desmatamento em 31,45ha de Tipologia Cerrado Aberto Baixo, localizado na Fazenda Inhumas, zona rural, no Município de Caiapônia - GO. O empreendimento não se enquadra na Resolução CONAMA 001/86.

70.185

CONCESSIONARIA MOSQUITAO S/A-COMOSA, CNPJ: 05.112.766/0001-81, torna público que requereu da Secretaria do Meio Ambiente, Recursos Hídricos, Infraestrutura, Cidades e Assuntos Metropolitanos - SECIMA, a Licença de Funcionamento da Linha de Transmissão de 138 kV SE Mosquito - SE Iporá, localizada nas Fazendas Palmeiras e das Pedras, zona rural dos municípios de Iporá e Arenópolis/GO.

70.178

PAULO DA SILVA SILVEIRA EPP, CNPJ: 05.626.433/0001-70, torna público que requereu junto a Secretaria do Meio Ambiente, Recursos Hídricos, Infraestrutura, Cidades e Assuntos Metropolitanos - SECIMA, a Licença de Funcionamento para comércio varejista de combustíveis para veículos automotores, sito Rod. Go. 210, Km 43, Município de Nova Aurora - GO.

70.178

Marcelo Guimarães Cunha torna público que recebeu junto a Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico Sustentável - SMDES, a Licença de Funcionamento nº 0024/2013 - 2ª via processo nº 1023/2011 com validade até 18/12/2016, para o empreendimento em Sistema Terminador de Frangos - FGO. Fazenda Boa Esperança Cabeleira, Rod. GO 164, sentido Rio Verde/Quirinópolis, Zona Rural, Município de Rio Verde- GO. Este empreendimento não se enquadra na Resolução CONAMA 001/86.

70.178

ADIRV-Associação dos Distribuidores de Produtos Agrícolas de Rio Verde-Goiás, inscrita no CNPJ: 06.095.018/0004-43, torna público que requereu da Secretaria de Meio Ambiente, Recursos Hídricos, Infraestrutura, Cidades e Assuntos Metropolitanos (SECIMA), a renovação da Licença de Funcionamento. Empresa esta localizada na Rod. GO 320 Km 3,5, Zona Rural - na cidade de Iporá - GO. Atividade, posto recebimento de embalagens vazias de defensivo agrícolas.

70.175

AMARILLO MINERAÇÃO DO BRASIL LTDA., torna público que recebeu da Secretaria do Meio Ambiente, Recursos Hídricos, Infraestrutura, Cidades e Assuntos Metropolitanos - SECIMA, Processo nº 8892/2012, a Licença Prévia 792/2016 para extração de minerais metálicos a se realizar em área urbana do município de Mara Rosa / GO.

70.176